

INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA AEP-ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE PORTUGAL JOSÉ ANTÓNIO BARROS, , NA SESSÃO PÚBLICA "SIMPLEX EMPRESAS", NA AEP, EM LEÇA DA PALMEIRA, A 15 DE DEZEMBRO DE 2008

Senhor Primeiro-Ministro,

Em nome da AEP – Associação Empresarial de Portugal quero dar as boas vindas a Vossa Excelência e aos membros do Governo que o acompanham, sendo que a vossa presença é uma honra para esta casa mas é também, certamente, um reconhecimento do esforço que a AEP vem desenvolvendo no apoio às empresas portuguesas, empresários e trabalhadores, para a superação da presente conjuntura.

Não queria deixar passar esta oportunidade sem reafirmar, porque já o fiz publicamente, a clara concordância da AEP com o pacote de medidas que o Governo anunciou na sequência do Conselho de Ministros extraordinário do passado sábado. Entendemos como muito positivas as opções de deixar resvalar o deficit para o limite previsto no PEC (e mesmo que este limite fosse ultrapassado em algumas décimas teríamos mais tarde possibilidade de restabelecer o equilíbrio), de canalizar o investimento público para um grande numero de pequenos projectos na área da construção civil, disseminados por todo o País e de medidas de apoio ao emprego e à manutenção de postos de trabalho, para além do significativo pacote de apoios directos e indirectos às empresas, sobretudo às PME's.

E, nesta matéria, a AEP congratula-se com o facto de algumas das medidas aprovadas pelo Conselho de Ministros terem certamente tido origem em propostas e em documentos oportunamente entregues por nós a Vossa Excelência e ao senhor Ministro da Economia.

Refiro, concretamente, o apoio aos seguros de crédito, designadamente para exportação, e a redução do limite mínimo para devolução do IVA de 7500 para 3000 euros. Não tivemos tanto êxito quanto à eliminação do Pagamento Especial por Conta mas creia, Senhor Primeiro-Ministro, tal como Vossa Excelência, não temos por hábito desistir à primeira.

Vem hoje Vossa Excelência anunciar um conjunto de medidas facilitadoras do registo da firma e do licenciamento de novas empresas, medidas integradas no SIMPLEX que reputamos do maior interesse. Com efeito, as PME's revestem duas características fundamentais: a sua contribuição para a coesão social, através do elevado volume de emprego que asseguram, e para a renovação do tecido empresarial dada a permanente substituição destas empresas, já que as que vão encerrando por falta de condições ou perda de eficiência deverão ser rapidamente substituídas por outras que podem surgir mais inovadoras e mais capazes. Muitas vezes resultantes de alterações da gestão ou da propriedade das anteriores. Todos os mecanismos tendentes à agilização do surgimento de novas PME's e do seu mais fácil funcionamento são assim



extremamente bem vindos, pela simplificação de processos burocráticos e pela redução de custos de contexto sempre difíceis de enfrentar por estas empresas.

Poderá, portanto, Vossa Excelência., continuar a contar com o inquestionável apoio da Associação Empresarial de Portugal em todas as acções e medidas que o Governo venha a tomar em benefício, directo ou indirecto, das PME's portuguesas, da sua criação, funcionamento e da sua permanente actualização.

Senhor Primeiro-Ministro:

Porque, tal como Vossa Excelência, nós também nunca nos damos por satisfeitos permita-me que termine com três preocupações em relação às quais apoiaremos firmemente as posições que o Governo vier a tomar:

. Primeira: A moderação salarial. Temos falado com muitos empresários e também com muitos trabalhadores. Todos entendem que aumentos salariais acima da inflação prevista, que neste momento não temos dúvidas que se situará à volta de 1%, só poderão resultar em perda de competitividade das nossas empresas e em mais desemprego. E a função pública não pode aqui ser uma excepção.

. Segunda: A exportação de bens transaccionáveis produzidos pelas nossas indústrias, fortemente implantadas nesta região, é essencial para o reequilíbrio da nossa balança externa. É urgente encontrar mercados alternativos, com maiores taxas de crescimento. E é necessário que o Governo saiba nesta matéria, como já o fez na formação profissional, delegar competências nas Associações Empresariais que já deram provas de terem capacidade, com exemplos reconhecidos, na organização de missões, feiras e acções cirúrgicas tendentes à internacionalização das nossas empresas e ao aumento das nossas exportações para novos mercados emergentes.

. Terceira: É indispensável que os efeitos das diversas medidas de suporte e de apoio ao sistema financeiro disponibilizadas pelo Governo cheguem efectivamente aos seus destinatários; e que o custo dos recursos para as empresas reflecta de alguma forma a política comunitária de redução de taxas de juro, já que, até este momento, o aumento da confiança e da liquidez dos mercados e as reduções da taxa directora e da Euribor não se têm feito sentir nas empresas.

A AEP e as empresas portuguesas saberão reconhecer e suportar as acções que o Governo a que Vossa Excelência tão dignamente preside venha a deliberar e a tomar neste sentido.

Muito obrigado.